

* Artigo Original

Estudo sobre as configurações dos observatórios de mídia e observatórios de saúde no Brasil

Eliana Marcolino

Fundação Oswaldo Cruz. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Jornalista, mestre e doutora em Comunicação Social. Pesquisadora visitante com bolsa de Pós doutorado Júnior do CNPq do Laboratório de Comunicação e Saúde do Instituto de Comunicação Científica e Tecnológica da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz.

elianamarcolino@yahoo.com.br

Katia Lerner

Fundação Oswaldo Cruz. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Doutora em Sociologia e Antropologia pela UFRJ com doutorado sanduíche em Sociologia pela University of California/Los Angeles, mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ, professora do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (Icict/Fiocruz) e coordenadora do Observatório Saúde na Mídia.

klerner@icict.fiocruz.br

DOI: 10.3395/receis.v6i4.Sup1.743pt

Resumo

Este estudo procura analisar os observatórios de mídia e de saúde no Brasil, visando identificar como essas instâncias se configuram e se interseccionam. A partir dessas experiências, propõe uma reflexão sobre os conceitos de controle social e cidadania, além de identificar o que esses observatórios estão articulando como forma de intervenção social. Esta investigação faz parte da pesquisa referente ao estágio de pesquisadora visitante no Observatório Saúde na Mídia do Icict, Fiocruz, a qual objetiva aprofundar e qualificar a discussão teórica sobre observatórios e contribuir para a promoção do debate sobre controle social, mídia e saúde junto à sociedade. Os dados sobre os observatórios foram extraídos majoritariamente das bases de dados da Internet, principal espaço de atuação dessas instâncias. Para a realização da busca foram definidas as seguintes palavras-chave: Observatório de Mídia, Observatório de Saúde, leitura crítica da mídia, controle social, cidadania, participação popular, e seus resultados foram codificados em uma tabela com dados básicos dos observatórios. Uma das conclusões a que este estudo chegou é que os observatórios de mídia e de saúde são espaços profícuos para a construção, o fomento e a disseminação de saberes.

Palavras-chave: Comunicação; Saúde; Observatórios; Mídia; Controle Social.

1. Introdução

O *Observatório Saúde na Mídia* (OSM) é um projeto do Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (LACES/ICICT/FIOCRUZ). Seu objetivo é monitorar e

analisar os dispositivos midiáticos de produção dos sentidos sobre a saúde e fazer circular os resultados o mais amplamente possível (ARAÚJO, 2008). Esse é o contexto em que está inserido este trabalho, o qual tem como ponto de partida analisar os observatórios de mídia e fazer uma correlação com os observatórios de saúde, investigando melhor o seu surgimento e lógica de funcionamento.

Os observatórios de mídia surgem como um elemento do fenômeno do *media criticism*, ou revisão crítica da mídia, que emerge no cenário internacional a partir da década de 80, sendo esta forma de crítica que mais vem se proliferando pelo Brasil e pelo mundo (CHRISTOFOLETTI, 2008). Eles fazem parte de um progressivo movimento de instituição de mecanismos sociais para o controle dos meios de comunicação de massa, tal qual preconizado por Ignácio Ramonet, o qual denomina esta estratégia de "quinto poder" (RAMONET, 2003). Esta mesma tendência pode ser observada por ocasião do terceiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre em 2003, quando se fez um chamado global para a criação de Observatórios de mídia.

O OSM surge então neste contexto de crescente preocupação sobre os meios de comunicação de massa e o reconhecimento da importância de tomá-los como objeto de estudo e de controle, visto que eles devem ser responsáveis por prestar serviços públicos os quais devem responder às demandas dos interesses coletivos. Isso assume maior relevância por ser a saúde o tema que se coloca em pauta para análise. Acreditamos que a mídia possa agir como um insumo para a saúde, assim como os observatórios possam funcionar como um espaço para o fortalecimento da democracia, principalmente no seu papel de promoção da saúde. Nesta perspectiva, pretendemos aprofundar e qualificar a discussão teórica sobre observatórios e contribuir para a promoção do debate sobre controle social, mídia e saúde junto à sociedade. Faremos isto através do mapeamento dos observatórios existentes sobre comunicação e sobre saúde, identificando as semelhanças e as diferenças existentes entre esses dois tipos de experiências. Os dados aqui apresentados fazem parte dos primeiros resultados da pesquisa.

2. Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa teve como ponto de partida um levantamento bibliográfico de modo a mapear o conceito de observatório e os debates do campo, bem como para, através do material coletado, iniciar o mapeamento proposto. A busca bibliográfica foi realizada nas principais bases de dados de trabalhos acadêmicos, como Scielo, Bireme, Capes, Google acadêmico e os portais universitários. Para pesquisar nos portais das universidades, fizemos uma busca pelas cinco regiões do país, assim distribuídas: Região Norte: 06 universidades federais e 06 estaduais, Região Nordeste: 10 federais e 14 estaduais, na região Centro-oeste: 04 federais e 03 estaduais, Sudeste: 14 federais e 07 estaduais, e na Região Sul do Brasil contem 07 universidades federais e 09 estaduais.

A seguir, buscou-se identificar os observatórios através de uma pesquisa na Internet. Por se tratar de uma das principais estratégias de visibilidade hoje e por envolver organizações nem sempre muito estruturadas, entendemos que essa pode ser uma primeira e importante etapa na realização do mapeamento. Além disto, a própria literatura aponta que o ambiente virtual é um dos principais espaços de visibilidade escolhidos por estes, o que fortalece nossa opção. Cabe apenas ressaltar que este levantamento não se esgota aqui.

O primeiro passo da investigação consistiu na coleta de informações extraídas majoritariamente nas bases de dados da Internet: Scielo, Bireme, Rede Nacional de Observatórios de Imprensa – Renoi, Capes, Google, Google acadêmico, no site dos Observatórios e nos sites das universidades brasileiras federais e estaduais. Para a realização da busca na Internet e mapeamento dos observatórios, foram definidas as seguintes palavras-chave: *Observatório de Mídia, Observatório de Saúde, leitura crítica da mídia, controle social, cidadania, participação popular.*

Como instrumento para codificar as informações foi elaborado uma tabela com dados básicos dos observatórios: nome, instituição, ano de fundação, objetivos, atividades, intervenções, coordenador e contato. Após a realização de um mapeamento inicial sobre os observatórios de mídia e de saúde existentes no país, buscamos identificar como eles se configuram. Para tal, analisamos o histórico de cada observatório, identificando os elementos que constituem a sua formação, como se autodenominam, os objetivos propostos, a que instituições estão vinculados e quais são as fontes de financiamento a que recorrem.

3. Observatórios, controle social e cidadania

Para pensar os observatórios, adotamos o conceito proposto pelo Observatório Saúde na Mídia

O projeto do Observatório (2008, p.4) assinala que os observatórios são dispositivos de produção sistemática de dados, cuja finalidade é produzir análises crítica, quantitativa e qualitativa, e com isso oferecer elementos para a gestão dos bens públicos.

Os observatórios são dispositivos que aumentam a possibilidade de debate a respeito de determinado assunto, portanto ampliam as chances de um efetivo controle social. Por outro lado, se for direcionado para uma perspectiva de mais equanimidade na distribuição do poder de circular as vozes no espaço público, permite chamar a atenção para o monopólio da fala, geralmente exercido por poucos atores políticos (OSM, 2008, p.5).

Nos respaldamos em autores como: Ignácio Ramonet (RAMONET, 2003) que preconiza a criação de um “quinto poder”, o qual deve nos permitir opor uma força cívica cidadã à nova coalizão dominante, cuja função seria denunciar o superpoder dos meios de comunicação, dos grandes grupos midiáticos, cúmplices e difusores da globalização liberal. Esses meios de comunicação que, muitas vezes deixam de defender os cidadãos e às vezes até atuam contra o povo. Ou seja, Ramonet propõe a instituição de mecanismos sociais para o controle da mídia, a este mecanismo ele denomina de “quinto poder”.

Neste cenário de crítica à mídia, Rogério Christofolletti e Luiz Gonzaga Motta afirmam que apesar de a sociedade contemporânea ser mais complexa, ela está mais amadurecida com relação à mídia, embora o público ainda não tenha deixado a sua posição de total passividade diante dos meios de comunicação, emergem alguns movimentos que questionam este quarto poder. “A sociedade se mobiliza para ler mais criticamente a mídia, para consumir informações de forma mais criteriosa e preocupada” (CHRISTOFOLETTI; MOTTA, 2008, p.12).

Os autores fazem referência ao professor francês, Claude Jean-Bertran, um dos críticos da mídia, o professor apresenta uma série de iniciativas as quais ele denomina de meios para assegurar a responsabilidade dos meios de comunicação. “São publicações especializadas, associações de usuários, ouvidorias, conselhos de imprensa. Mas a forma de crítica de mídia

que mais vem se espalhando pelo mundo, e pelo Brasil também, é a dos observatórios de meios” (CHRISTOFOLETTI; MOTTA, 2008, p.12).

Os autores apresentam os observatórios como um elemento do fenômeno do *media criticism*, ou revisão crítica da mídia. Com base neste princípio, buscamos compreender a história e a institucionalização dessas instâncias que surgem como uma possibilidade do controle social que vem emergindo no cenário de democratização do país.

Edgard Rebouças e Patrícia Cunha (2010, p. 86), em estudo denominado *Observatórios de mídia como instrumentos para (da) democracia* fazem uma leitura dos observatórios sob a perspectiva da democracia: “os observatórios da mídia eram instituições fundamentais para o fortalecimento de uma verdadeira democracia”.

Sendo assim, os autores afirmam que “Os observatórios de mídia surgem como alternativa de controle social. A ação dos observatórios junto à mídia busca limitar a prioridade econômica do lucro máximo e tenta instituir o interesse social em seus conteúdos” (REBOUÇAS; CUNHA, 2010, p.86).

Outros autores que aportam contribuições para esta pesquisa são Rogério Christofolletti e Susana Herrera Damas (CHRISTOFOLETTI; DAMAS, 2006). No artigo *Fiscalizar e alfabetizar: dois papéis dos observatórios de meios latino-americanos* afirmam que os observatórios são instâncias de supervisão midiática, vigiando a atividade e atuando na revisão crítica da atividade dos meios de comunicação.

Sobre o “controle social”, Valdir de Castro Oliveira (2006, p.29), apresenta uma leitura crítica a respeito dos conselhos de saúde, cujo texto é respaldado na perspectiva do exercício do controle social, no artigo *Desafios e contradições comunicacionais nos conselhos de saúde*, o autor lembra que apesar de os conselhos serem subestimados por alguns e superestimados por outros, existe o consenso de que o papel dos conselhos é de funcionar como arena decisória capaz de sustentar a ideia de que é possível a intervenção da sociedade nas políticas públicas da saúde. A sociedade organizada e representada nos conselhos teria como finalidade direcionar, corrigir ou reformular tais políticas a favor dos interesses populares e/ou públicos.

O autor opta pelo termo “controle público” em vez de “controle social” visto que este último é tributário de conceitos originários da Psicologia e da Sociologia voltado para explicar o controle da sociedade sobre os indivíduos. Oliveira cita Ivo de Carvalho, o qual afirma que:

O “Controle Social” é um termo que serve para designar os processos de influência do coletivo sobre o individual, mas que na ideia da reforma sanitária, foi alterado visando significar o processo e os mecanismos de influência da sociedade sobre o Estado, com base no pressuposto de que a sociedade representava o interesse geral e o Estado os interesses particulares, de acordo com o contexto político em que foi formulado, isto é, nas décadas de 70 e 80 (CARVALHO apud OLIVEIRA, 2006, p.29).

Com base na premissa supracitada fica evidente a importância de um olhar criterioso sobre esta resignificação do termo “controle social” na sociedade contemporânea. Podemos perceber que, com a dinâmica do cenário político, o termo passa a ser imbuído de um novo significado o qual precisa ser assimilado pela sociedade, caso contrário, poderá haver uma dupla interpretação, ou seja, o “controle social” pode ser compreendido como a sociedade

partícipe das políticas públicas ou o contrário, a sociedade sendo submissa aos interesses do Estado, conotação que deve ser evitada.

Vale lembrar que o termo “controle” ainda carrega o estigma das heranças do período ditatorial. Neste sentido, Maurício Torres Tovar (2006, p.58) lembra que: “controle social deve ser entendido como uma parte da participação cidadã que está articulada integralmente à atuação da política pública, enquanto se controla o desenvolvimento das políticas que têm sido definidas para atender às necessidades reais das comunidades”.

É importante observar que a mudança de cenário político em nosso país, trouxe uma gama de possibilidades, dentre elas a iniciativa para a governança popular, um cenário promissor dentro da esfera pública que oferece aos cidadãos a liberdade de participar ativamente da gestão das políticas públicas de saúde. É verdade que este cenário vem mudando vagarosamente, conforme descreve criticamente Valdir Oliveira (2006), porém não podemos negar os avanços alcançados quando comparamos os dias atuais com décadas passadas e se confrontarmos o cenário brasileiro no panorama internacional, conforme fora apresentado por Tovar (2006) uma tipologia da Participação Social em Saúde na América Latina onde o Brasil aparece na categoria possibilidade de atuação dos setores populares, como “alto exercício de participação”.

Tovar (2006, p.60) afirma que o exercício da cidadania em saúde perpassa por processos democráticos descentralizados de participação e controle instituídos, com estratégias de participação desde os territórios originários e também pelo desenvolvimento de processos comunicativos que possam capacitar os cidadãos para o acesso, uso, produção e socialização da informação pública. Nesta perspectiva, este estudo se alicerça sobre as bases dos projetos e leis do Ministério da Saúde que versam sobre a Política Nacional de Controle Social. A Lei Federal nº 8.142/90, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS, garante à sociedade civil dois espaços permanentes de manifestação: as conferências de saúde e os conselhos de saúde.

A Resolução do Conselho Nacional de Saúde Nº333/2003 delibera sobre a estruturação dos conselhos de saúde, os quais são órgãos colegiados compostos por representantes do governo, prestadores de serviço, trabalhadores da saúde e usuários do SUS.

4. Resultados e discussão

O levantamento resultou no total de 29 observatórios¹, sendo 20 de mídia e 09 de saúde. Cabe ressaltar que existe um número significativo de observatórios de Recursos Humanos em Saúde, um total de 13, os quais foram agrupados em uma única categoria. Segue abaixo a relação dos observatórios listados em ordem cronológica.

a) Agência de Notícias dos Direitos da Infância – ANDI (1990), b) Observatório da Imprensa (1996), c) SOS Imprensa (1996), d) Observatório de Economia e Comunicação – OBSCOM (1999), e) Monitor de Mídia: pesquisa, crítica de mídia e Mídia-Educação (2001), f) Mídia Sem Máscara (2002), g) LaboMídia - Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva (2003), h)

¹ Cabe ressaltar que a categoria “observatório” é polimorfa e carece de uma definição mais precisa na bibliografia existente. Isso traz consequências na coleta de dados, pois eventualmente experiências que não se autodesignam enquanto tal podem ser por nós consideradas observatórios, uma vez que correspondem ao conceito adotado. Neste sentido, seguimos o conceito proposto pelo Observatório Saúde na Mídia, descrito na página 4 deste *paper*.

Agência UNAMA (2004), i) OmbudsPE (2004), j) RENOI - Rede Nacional de Observatórios de Imprensa- Vale do Paraíba (2005), k) Observatório Brasileiro de Mídia (2005), l) Observatório de Mídia e Política (2005), m) Observatório do direito à comunicação (2007), n) Observatório da Mídia Regional: Direitos Humanos Políticas e Sistemas (2007), o) Observatório Saúde na Mídia (2008), p) ObjETHOS: Observatório da Ética Jornalística (2009), q) Observatório de Mídia (2009), r) Plural: Observatório de comunicação e cidadania (2010), s) De olho na Mídia (sem data), t) Observatório de Comunicação Comunitária ObsComCom (2012).

Segue abaixo os observatórios de saúde:

a) Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde-ObservaRH (1999), b) Observatório de saúde mental & direitos humanos (2003), c) Observatório de Saúde Bucal Coletiva (2003) d) Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição-OPSAN (2003), e) Observatório de Saúde da Região Metropolitana de São Paulo (2005), f) Observatório da Saúde no Legislativo (2006), g) Observatório da Saúde da Criança e do Adolescente - ObservaPED (2006), h) Observatório de Clima e Saúde: "*Observatorium*" (2009), i) Observatório de Tecnologias em Informação e Comunicação em sistemas de serviços de saúde - OTICS (2009).

Após caracterizado o cenário de observatórios identificados na rede, o esforço a seguir será direcionado para responder aos questionamentos inicialmente suscitados. A primeira questão que se coloca é: como esses observatórios se configuram? Para responder a esta pergunta, fizemos uma análise do *site* de cada observatório para identificar os elementos que os constituem.

Dos vinte observatórios de mídia, 06 se classificam como grupo de pesquisa, 10 foram elencados na categoria intitulada "outros", tais como: agência, fórum, iniciativa, associado, portal, *website*, 02 são denominados como projeto e 02 se intitulam como organização da sociedade civil. Já os observatórios de saúde receberam a seguinte classificação: do total de nove, 02 se apresentam como rede, outros 02 se intitulam como iniciativa 02 foram classificados como projetos, 01 se denomina grupo de pesquisa e outros 02 se classificam como: espaço e parceria.

A incipiente forma de os observatórios se autodefinirem revela uma pouca maturidade dessas instâncias que demonstram a necessidade da busca por uma identidade que possa ser compartilhada por todos, para responderem à pergunta: o que somos ou quem somos?

Para melhor visualização das propostas de atuação dos observatórios, fizemos um resumo dos principais objetivos os quais foram extraídos dos portais dos observatórios, evitamos a repetição de dados similares, mas todos os observatórios pesquisados apresentam como objetivo alguma das propostas abaixo:

- a) Contribuir a um jornalismo que possa denunciar os abusos contra os direitos humanos;
- b) Desenvolver estudos e metodologias de pesquisa voltados à análise da mídia;
- c) Realizar projetos de acompanhamento da cobertura da mídia sobre determinados temas de interesse da sociedade;
- d) Criar um ambiente de acompanhamento e reflexão sobre o campo da comunicação, entendendo esta como um direito humano;

- e) Realizar um acompanhamento sistemático da produção midiática, com foco no respeito, promoção e proteção dos direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais;
- f) Criar e fortalecer um novo espaço de diálogo e difusão de conhecimento sobre os sistemas, as políticas de comunicações e a produção midiática e os direitos humanos entre a universidade e a sociedade civil organizada;
- g) Produzir acervo com material para pesquisas empíricas e críticas;
- h) Identificar e valorizar as melhores práticas jornalísticas existentes em nível local, regional e nacional;
- i) Reconhecer e indicar aspectos através dos quais a cobertura noticiosa realizada por meios de comunicação locais, regionais e nacionais possa ser aperfeiçoada a fim de melhor atender o interesse público e fortalecer o exercício da cidadania;
- j) Experimentar técnicas e formatos de elaboração de ambientes virtuais colaborativos para permitir que o ambiente virtual da internet atue como uma comunidade de aprendizagem aberta, para a construção dinâmica e compartilhada de conhecimento sobre comunicação e cidadania.
- k) Fazer chegar ao público, por meio do *site*, artigos e documentos que examinem a cobertura que a mídia faz dos acontecimentos, no Brasil e no mundo;
- l) Acompanhar e avaliar criticamente a forma e a maneira como as notícias são veiculadas, levando em consideração questões éticas;
- m) Publicar as idéias e notícias que são sistematicamente escondidas, desprezadas ou distorcidas em virtude do viés esquerdista da grande mídia brasileira.
- n) Propiciar um acompanhamento crítico sobre os modos pelos quais os meios de comunicação dirigem o olhar sobre o campo e os temas específicos da saúde.
- o) Contribuir para a luta pela democratização da comunicação na sociedade em geral e na saúde em particular.

Com base nos objetivos supracitados, pode-se perceber que maior parte dos observatórios propõem a produção e difusão de conhecimentos do campo da comunicação, através de uma leitura crítica dos meios, demonstram preocupação com o produto comunicacional, principalmente jornalístico que é ofertado à sociedade, e revelam uma preocupação com o fortalecimento da cidadania.

Como subsídio para a análise comparativa, apresentamos uma síntese dos objetivos propostos pelos Observatórios de saúde:

- a) Promover o intercâmbio e debate de experiências, contribuições teóricas e metodológicas entre os diversos atores que, tanto no Brasil como em outros países, dedicam-se a esse campo;
- b) Defender políticas públicas que assistam aos portadores de transtorno mental;
- c) Desenvolver tecnologias de produção de cuidado em saúde bucal;

- d) Gerar conhecimento de caráter plural e multidisciplinar para a observação, o monitoramento, análise e avaliação de políticas públicas, nas áreas de Segurança Alimentar e Nutricional e Nutrição em Saúde Pública;
- e) Apoiar os espaços institucionais de articulação entre os diversos atores envolvidos na construção e implementação de políticas públicas;
- f) Elaborar publicações, promover seminários e outras iniciativas com a finalidade de divulgar e debater os resultados dos estudos e análises realizados pelo Observatório;
- g) Mapear, analisar, discutir e difundir as propostas sobre saúde que tramitam no Congresso Nacional;
- h) Capturar e reunir dados, análise, difusão e divulgação de informações relevantes a respeito da saúde da criança e do adolescente;
- i) Ampliar a pesquisa, a tomada de decisão de gestores e a participação dos cidadãos sobre as mudanças climáticas e seus impactos na saúde;
- j) Pesquisar, desenvolver e disponibilizar soluções metodológicas e tecnológicas que contribuam para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde, o SUS;

Com base nesse repertório de propostas, pode-se perceber que os objetivos apresentados pelos observatórios de saúde são mais específicos de acordo com a peculiaridade de cada área como, saúde mental, saúde bucal, etc. Porém, um ponto em comum nesses observatórios é a preocupação com o acompanhamento e a participação nas políticas públicas de saúde e o incentivo à gestão participativa. Observamos que o ponto de convergência entre os observatórios de mídia e os de saúde está na preocupação com a geração e disseminação de conhecimentos, o que reflete como uma característica positiva desses espaços como construtores e fomentadores de saberes.

Outro elemento analisado foi os vínculos e parcerias firmados por esses observatórios, as parcerias estabelecidas e os apoios recebidos podem refletir o grau de autonomia ou de dependência dessas instâncias que se propõem a lutar por uma sociedade mais democrática e participativa. A maioria dos observatórios de mídia está vinculada às Universidades Federais, num total de 13, outros 05 são organismos da sociedade civil, 01 está ligado à Fundação Oswaldo Cruz, e 01 de Faculdade particular. Ou seja, os observatórios de mídia são majoritariamente vinculados a instituições públicas federais. Os maiores parceiros dos observatórios de mídia são: Renói, Unesco, Ministério da Saúde, já o observatório que mais faz parcerias é o Observatório da Imprensa, e as empresas apoiadoras são: Fundação Ford e Banco do Brasil.

Da mesma forma, os observatórios de saúde também são na maioria associados ao poder público: 03 diretamente ligados às Universidades, 03 da Fundação Oswaldo Cruz, 02 de Secretarias Estaduais de Saúde, 01 do Ministério da Saúde. A Organização Pan-Americana de Saúde-OPAS e o Ministério da Saúde-MS são os maiores parceiros dos observatórios de saúde.

A partir da análise sobre as parcerias estabelecidas pode-se perceber que tanto os observatórios de mídia quanto os de saúde possivelmente gozam de uma autonomia limitada, visto que, a maioria está vinculada ao poder público. Entende-se que o vínculo destes observatórios com as organizações governamentais pode minimizar o poder de enfrentamento

dos observatórios com a máquina pública. Por exemplo, identificamos que os observatórios de saúde têm vínculo direto com as secretarias de saúde e com os Conselhos de Saúde, dos quais os secretários fazem parte, acredita-se que a presença dos gestores pode se tornar um obstáculo para os membros do observatório criticar e questionar essas instituições. Sobre o financiamento destinado à manutenção dos observatórios, Patrícia Cunha (CUNHA, 2011) afirma que se trata de algo imprescindível, mas adverte que tanto podem interferir na sobrevivência, quanto na autonomia e conseqüentemente nas ações desses grupos. Neste sentido, o que os coordenadores precisam ficar atentos é sobre o tipo de parceria que se estabelece, para evitar que uma instância que tem como princípio a resistência aos grupos de poder sejam por eles cooptados.

Ainda na tentativa de compreender as configurações dos observatórios, buscamos elencar as estratégias de intervenções sociais dos mesmos. Porém, como a pesquisa se restringiu às informações fornecidas pelos próprios observatórios nos *sites* ou em artigos científicos sobre essas instâncias, as informações deste item são pouco precisas e muitas vezes inexistentes, conforme veremos a seguir.

Dos vinte observatórios de mídia, apenas quatro explicitam sobre as ações sociais que são desempenhadas, conforme descrevemos a seguir:

A Agência de Notícias dos Direitos da Infância -ANDI- se revela com um grande diferencial devido à sua consolidação histórica e das atividades que vêm desenvolvendo, como a interação direta com as redações jornalísticas e com as fontes de informação na construção da pauta e na disseminação de notícias. Atua tanto como provocadora de novas agendas como no atendimento a jornalistas e organizações sociais.

O modelo da ANDI de mídia para o desenvolvimento vem sendo reconhecido como uma 'tecnologia social' – ou seja, uma iniciativa que inclui produtos, técnicas e/ou metodologias passíveis de serem reproduzidos, que foram desenvolvidos em interação estreita com comunidades e que se constituem em soluções eficazes de transformação social (ANDI, 2012)

O Observatório da Mídia Regional Direitos Humanos Políticas e Sistemas, da Universidade Federal do ES desenvolve estratégias para envolver a sociedade civil como o "Observações" um evento mensal que provoca o debate entre pesquisadores e a sociedade, além de abrir um canal direto de denúncias na página da Internet. O observatório também oferece à comunidade cursos, oficinas e palestras sobre leitura crítica da mídia. SOS Imprensa, da Universidade de Brasília tem um perfil de ouvidoria, desenvolveu o "disque-imprensa - canal pelo qual a população busca orientação sobre seus direitos". E o OmbudsPE, do Centro de Cultura Luiz Freire, em Recife, realiza rodas de diálogos e oferece oficinas à comunidade pernambucana.

Acreditamos que esta economia de informações sobre as intervenções que são realizadas pelos observatórios seja o reflexo da informalidade da cultura brasileira, levantamos a hipótese de que essas instâncias estejam realizando mais ações, porém as atividades podem não ser sistematicamente registradas, o que desfavorece a visibilidade dos trabalhos por eles realizados. Ou pode ser que, os observatórios realmente estejam encontrando dificuldades para realizar intervenções sociais.

Assim como os observatórios de mídia, os de saúde também são modestos ao falar das suas ações. Porém, os de saúde foram mais tímidos ainda, dos nove observatórios pesquisados, não conseguimos identificar nenhuma proposta de intervenção que pudesse envolver a sociedade de maneira mais direta. Embora muitos preconizam que sua missão seja a participação social, como podemos exemplificar: "sua missão é fazer com que a população participe de um debate sobre os temas, podendo intervir sobre eles". Não fica explícito sobre o nível de envolvimento da sociedade civil nas atividades propostas pelos observatórios. Reiteramos que embora ela possa existir, a fragilidade está na ausência desta informação.

5. Considerações finais

Os elementos por ora identificados nos observatórios permitem um olhar comparativo sobre as configurações dos observatórios de mídia e de saúde. O surgimento dos observatórios data do período compreendido entre 1990 a 2012, porém, a época de maior crescimento dessas instâncias é nos anos 2003 a 2005.

Percebe-se que os observatórios de mídia estão mais articulados em rede do que os de saúde. A Rede Nacional de Observatórios da Imprensa –Renói, congrega uma diversidade de observatórios de mídia, somando um total de 13 observatórios. Já a área da saúde possui a Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde- (ObservaRH), porém esta rede se restringe aos observatórios de Recursos Humanos. Ou seja, os demais observatórios não compartilham desta organização. A busca pela democratização e acesso aos serviços de comunicação e de saúde é um dos elementos mais evidentes em ambas as categorias de observatórios, portanto os termos *cidadania*, *controle social* e *democracia*, são caros aos dois campos.

Esta primeira leitura nos leva a identificar alguns limites e potencialidades destas instâncias de controle social. De acordo com Albuquerque *et al* (2002) os observatórios correm o risco de serem "monofônicos" a partir de verdades centradas na autoridade de determinados personagens aureolados de prestígio, como no caso do Observatório da Mídia, conforme fora apontado no artigo "Mídia *criticism* no Brasil: o Observatório da Imprensa". No caso dos observatórios de saúde a autoridade é personificada na imagem do secretário de saúde.

Da mesma forma que os jornais são patrocinados por empresas particulares abrindo a possibilidade para questionamentos, alguns observatórios para se sustentarem também firmam parcerias com empresas privadas ou estão vinculados ao governo, conforme elucidado no presente estudo, esses vínculos podem colocar em cheque a autonomia dessas instâncias. Cabe destacar que alguns observatórios têm a pretensão de alfabetizar o público para uma leitura crítica da mídia; trata-se de uma questão a ser pensada, uma vez que esta leitura também pode ser enviesada e direcionada para atender apenas aos interesses deste grupo de observadores.

Conforme advertem Albornoz e Herschmann (2006), a falta de recursos e a carência de pessoal preparados para atuar nos observatórios pode tornar as atividades precárias. Ademais, esses observatórios correm o risco de constituírem-se em parte da engrenagem da máquina burocrática estatal; constituírem-se em instância de *lobby* dos poderes político e econômicos.

Talvez possa parecer uma visão pessimista, mas a maneira que os observatórios analisados se revelaram nos leva a questionar a possibilidade de estas instâncias serem consideradas de

forma legítima como um “quinto poder” segundo o conceito preconizado por Ignácio Ramonet. Percebe-se que são novas instâncias, porém que já nascem com o cordão umbilical preso às velhas estruturas, o que pode dificultar os observatórios de atuarem com legítimo protagonismo social.

Apesar dos limites apresentados, os observatórios também possuem potencialidades, não se pode negar que se trata de instrumento que busca uma maior democratização, caminhando em direção de uma sociedade mais participativa. Além disso, contribuem para a abertura de debate a respeito do conteúdo oferecido pela mídia e dos serviços de saúde que são ofertados à sociedade. São espaços férteis para o fomento de pesquisa e produção intelectual no campo da comunicação e da saúde e também são instâncias que se propõem a monitorar e fiscalizar a mídia e os serviços de saúde em defesa da sociedade com a possibilidade de intervenção nas políticas públicas e na sociedade. Sobre os observatórios de Mídia, Patrícia Cunha apresenta um panorama positivo o qual pode ser estendido aos observatórios de saúde:

Os observatórios de mídia não são importantes apenas para um possível movimento pela democratização da comunicação, mas também para outros

movimentos articuladores de direitos humanos, como o movimento feminista, o movimento negro, o movimento em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, o movimento indígena, das pessoas especiais etc. Em relação a esses grupos, os observatórios podem assumir função de fornecimento de material especializado sobre suas respectivas representações sociais na mídia (CUNHA, 2011,p.124).

Para concluir, esclarecemos que esta pesquisa tem um longo percurso a seguir. Na segunda fase desta investigação será feito um aprofundamento conceitual, sobre democracia e controle social, para responder à seguinte questão: Quais são as intersecções teórico-conceituais entre os observatórios de mídia e os observatórios de saúde?

Aclaramos também que os observatórios existentes nesta pesquisa pode não corresponder à totalidade dos achados de pesquisa. Trata-se de um trabalho em andamento, portanto outras estratégias de coleta serão posteriormente utilizadas. Neste primeiro momento nos limitamos à rede de internet e às informações colhidas na bibliografia levantada, acreditamos que existam outros observatórios que não estão na rede. Portanto, para refinar a estratégia de coleta de dados, faremos entrevistas com os coordenadores dos observatórios para clarear algumas questões que ainda ficaram obscuras nesta primeira etapa, como, por exemplo, conhecer mais de perto as atividades que estão sendo desenvolvidas pelos observatórios, já que não foi possível evidenciar uma correspondência dos objetivos propostos com as ações concretas que estão sendo desenvolvidas tanto pelos observatórios de mídia, quanto pelos de saúde.

Referências

ALBORNOZ, L. A.; HERSCHMANN, M. Os observatórios ibero-americanos de informação, comunicação e cultura: balanço de uma breve trajetória. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, v. 1, p. 1-18, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.compos.com.br/e-compos>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

ALBUQUERQUE, A.; LADEIRA, J. D. M.; SILVA, M. A. R. Media criticism no Brasil: o Observatório da Imprensa. **Intercom** – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 166-189, jul./dez. 2002.

ANDI - AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA. Disponível em: <<http://www.ai.org.br>>. Acesso em: 29 fev. 2012.

ARAÚJO, I. Projeto do Observatório de Saúde na Mídia. Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde. Rio de Janeiro: Laces/Icict/Fiocruz, 2008.

CHRISTOFOLETTI, R.; MOTTA, L. G. (Org.). **Observatórios de mídia: olhares de cidadania**. São Paulo: Paulus, 2008.

CUNHA, P. **Observatórios de Mídia: conceito, práticas e fundamentos**. 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

HERRERA, S.; CHRISTOFOLETTI, R. Olhos da cidadania: um guia dos observatórios da mídia na América Latina. **Anagramas**, Medellín, n. 9, v. 5, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=428IPB009>>. Acesso em 10 fev. 2011.

RAMONET, I. Fiscalización ciudadana a los medios de comunicación: el quinto poder. **Le Monde Diplomatique**, Paris, out. 2003. Disponível em: <<http://www.geocities.com/lospobresdelatierra2/altermedia/ramonet151003.html>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

REBOUÇAS, E.; CUNHA, P. Observatórios de mídia como instrumentos para (da) democracia. **RECIIS**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p.85-93, nov. 2010.

NASSUNO, M. O Controle Social nas Organizações Sociais no Brasil. In: PEREIRA, L. C. B.; GRAU, N. C. (Org.). **O Público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

OLIVEIRA, V. C. Desafios e contradições comunicacionais nos conselhos de saúde. In: COLETÂNEA de Comunicação e Informação em Saúde para o exercício do controle social. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006, p. 29-43.

TOVAR, M. T. Participação e controle social para o exercício pleno da cidadania em saúde na América Latina: importância da comunicação e da informação. In: COLETÂNEA de Comunicação e Informação em Saúde para o exercício do controle social. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006, p. 57- 60.

Recebido em: 23/01/2013

Aceito em: 14/02/2013